

1

Introdução

Este estudo tem como propósito a investigação das diversas experiências vividas por jovens a partir da prática da arte teatral, promovida por entidades não-governamentais, e na forma como estas vivências se repercutem na formação de uma noção própria de cidadania. O objetivo em questão tem como uma de suas motivações, a constatação da frequência com que ONG's, agentes comunitários, instituições de promoção cultural, prefeituras, entre outros, têm se mostrado envolvidos em projetos sociais que visam à chamada “construção da cidadania”. Este número crescente de entidades tem dirigido à sociedade uma discussão, alegadamente politizada, sobre os direitos humanos referentes à diversas categorias e grupos sociais: crianças, idosos, adolescentes, mulheres etc. A problemática implicada nestes projetos diz respeito, muitas das vezes, a direitos sociais, civis e políticos, o que demanda uma intervenção cada vez mais multidisciplinar.

Como evidência desta multidisciplinariedade, constata-se a inclusão da arte em suas diversas expressões – entre as quais a música, a capoeira, a pintura e a escultura, que são exemplos de atividades muito utilizadas. Um recorte neste cenário cultural, contudo, permite melhor observar o impacto e a atração causados pela prática do teatro. Esta arte tem surgido cada vez mais como dispositivo estratégico nestes trabalhos sociais. As artes cênicas podem ser vistas enquanto um espaço de possibilidades criadas e recriadas por quem se aventure. O uso de personagens – realistas ou alegóricos –, símbolos, metáforas, ritmo, musicalidade, figuras cenográficas, entre outros elementos, tecem ricamente diversos campos simultâneos nos quais o surgimento de sentidos se torna inevitável e totalmente coerente com a vida dos a(u)tores em cena. Deste modo, o teatro torna-se não apenas um espaço aberto a possibilidades diversas de criação coletiva, como também disponível a que os jovens construam diálogos com o outro, no caso, o diretor, além de outros integrantes – tais como o cenógrafo, o iluminador, a produtora cultural.

Entretanto, uma problematização pertinente remete à noção de cidadania que tem sido utilizada na elaboração dos projetos acima mencionados. Se, por um lado, existe uma tônica de afirmação de uma cidadania acompanhada pela proteção e legitimação de uma série de direitos, por outro insiste a interrogação sobre quais valores e conceitos embasam tal discurso. A sensação de predomínio de um discurso alicerçado na falta de direitos, nas necessidades e, por vezes, no simples contato com atividades culturais, além de outros aspectos, desperta inquietude acerca de que tipos de direitos estão de fato sendo conquistados.

Somado a este incômodo, chamamos atenção para a grande parcela de projetos que tem por grupo-alvo o jovem, ou melhor, sujeitos cujo processo de desenvolvimento pessoal supostamente necessitam de uma atenção especial por parte do Estado e da sociedade. No caso, o embasamento do discurso da cidadania e dos direitos se torna ainda mais problemático.

A partir deste cenário, pretende-se investigar as construções de subjetividade envolvidas na promoção da cidadania, junto a jovens, em projetos sociais que utilizam formas lúdicas, especificamente o teatro, para a formação desses na cidade do Rio de Janeiro. Assim, pretende-se observar de quais formas os jovens se apropriam destas experiências e atribuem um sentido a ela. Inseridos neste espaço cênico, no qual a criação e a coletividade são propriedades imprescindíveis, que modos de ser são “ensaiados” e lançados além de uma cidadania formatada e de um formalismo pedagógico? Então, para este trabalho investigamos as experiências fomentadas pela produção e montagem da peça teatral *Urucubaca*, protagonizada pela Trupe de Teatro do Grupo Cultural Afro Reggae (GCAR), projeto realizado na favela de Parque Proletário de Vigário Geral, na cidade do Rio de Janeiro.

A dissertação estrutura-se de forma que primeiramente, as linhas iniciais servirão como apresentação de objetivos do trabalho e dos conceitos básicos e necessários à compreensão do tema. O capítulo seguinte está reservado para a contextualização, no cenário nacional, da prática teatral voltada à implementação de projetos sociais que visam o atendimento de jovens pertencentes à “camada pobre” da sociedade. Quais características estão presentes nesta atividade artística e de que maneiras elas se prestam a tais propostas. Assim, o texto apresenta dois recortes históricos: o teatro brasileiro e a presença das ONGs em território nacional, ambos situados na segunda metade do século XX.

A seguir, o terceiro capítulo abordará o caminho percorrido pelo elenco da Trupe de Teatro, desde sua fundação até os dias atuais. Para tanto, serão narradas as histórias ligadas à fundação do Grupo Cultural Afro Reggae, dando atenção aos princípios elementares que fundamentam a sua existência e as atividades desenvolvidas, e à constituição e características do bairro de Vigário Geral.

O quarto capítulo está reservado para explanação acerca da estrutura metodológica adotada nesta pesquisa e de quais fundamentos alicerçam a sua prática. Torna-se imprescindível, neste caso, pontuar a presença de dois recursos metodológicos que tiveram participação fundamental na observação do campo: a entrevista e o diário de campo – sendo este utilizado como registro das visitas, em média semanais, feitas à sede do projeto, além das observações acerca dos acontecimentos ali presenciados.

O quinto capítulo destaca-se por apresentar e discutir os aspectos mais relevantes constatados neste estudo, a partir da construção de 4 (quatro) categorias: 1^a.) Códigos e regras: conflitos e modos de convivência na Trupe; 2^a.) A Trupe e suas narrativas; 3^a.) A direção artística como ação compartilhada; e 4^a.) A construção da identidade a partir do pertencimento à Trupe. E por fim, ao sexto capítulo caberá a retomada dos principais apontamentos deste trabalho visando a algumas considerações finais.

Antes de ingressarmos no campo propriamente dito, tornam-se enriquecedoras para este estudo algumas observações de conceitos cuja formulação servirão de apoio e desdobramento nas discussões à frente. Inicialmente, um termo que se faz relevante é a noção de identidade. Alguns estudos reportam-nos a uma idéia de identidade como resultado de um processo representacional, na qual a pessoa se identificaria com uma determinada imagem associada por ela mesma ou eleita pelos outros (Ciampa, 1995). Embora o autor reafirme que ela seja resultado de uma contínua reatualização desta imagem em resposta às representações atribuídas socialmente, tal conceito não consegue avançar muito além de servir de aporte para o desempenho de papéis na sociedade. A identidade enquanto atividade relacional e reflexiva também tem a sua pertinência nos estudos de Oliveira (1976), além de ser encarada como categoria responsável por nortear as relações sociais e por servir de elemento de diferenciação entre grupos comunitários, principalmente as etnias. Entretanto, o que se verifica é que ambas as noções tendem a fixar ícones ou imagens que

abarcam as inúmeras e complexas expressões humanas, o que torna estas teorizações insuficientes.

Assim, a apreciação da identidade vista por este ângulo ainda carece de outros recortes que contemplem, principalmente, as características que marcam profundamente a modernidade na atualidade. Para Lipovetsky (2004), por exemplo, com a intensificação da conhecida pós-modernidade, chamada pelo autor de hipermodernidade, verificamos a presença de uma sensação de aceleração, excesso e novidade, que constituem a prática consumista do homem, reafirmada pelo princípio da individualidade autônoma. Uma vida ratificada pela cultura do consumo e dirigida “pela sedução, por desejos sempre crescentes e quereres voláteis” (Bauman, 2001, p.90). O ingresso numa cultura do consumo tem como princípio “estar ‘sempre pronto’” (ibidem, p. 90) para aproveitar a oportunidade quando surgir. De alguma forma, autores como Bauman (2004) e Lipovetsky (2004) afirmam que um dos sentimentos característicos desta época seria a sensação de insegurança. Logo, comprar, nesse sentido, pode funcionar como um escape em relação à agonia da insegurança, pois os objetos comprados trariam consigo uma perecível promessa de segurança (Bauman, 2001).

Este cenário acaba por remontar um quadro em que a velocidade, a descontinuidade e a fluidez, tão característicos da modernidade líquida – assim denominada por Bauman (2001) – formam um grande descompasso se fôssemos manter a identidade como um referencial rígido e pouco flexível. Bauman (2005) considera injustificável, diante de uma sociedade que tornou voláteis as identidades sociais, sexuais e étnicas, a pretensão de tornar sólida a identidade, o que traz para este conceito um caráter de transitoriedade.

O autor considera esta noção como o resultado de uma existência individual constituída a partir dos diferentes pertencimentos a distintas comunidades ideológicas e de princípios. Isso faz com que o sujeito, devido a esta congruência de pertencimentos, se sinta deslocado total ou parcialmente por não se adequar perfeitamente a nenhum lugar ou comunidade, gerando, por vezes, um certo desconforto. Embora Bauman (2005) compreenda que o sujeito que deseja pertencer a uma comunidade ou grupo se sinta constantemente deslocado, ele acaba por aproximar do conceito de identidade a noção de pertencimento, favorecendo, assim, a idéia de que a identificação a um grupo possibilitaria uma sensação de segurança.

De modo semelhante, Hall (2000) faz alusão à noção de identidade a partir de um contingenciamento do discurso e das práticas do sujeito. As identidades seriam construídas a partir de localidades históricas e institucionais específicas, e dentro de práticas discursivas. Elas representariam muito mais

“(...) o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma identidade em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação” (p. 109).

Hall (2000) conclui, assim, que as identidades seriam fragmentadas e multiplamente constituídas a partir da diferenciação, da relação com o outro que é diferente e que não pode pertencer a esta identidade. Logo, o diferente seria transformado em exterior e deveria ser mantido do lado de fora.

Entretanto, por outro lado, retomando Bauman (2005), a partir do momento em que o sujeito ingressasse numa determinada comunidade suas diferenças em relação aos demais seriam evidenciadas. Deste modo, o autor afirma que o sujeito poderia tanto optar por atenuar, pôr de lado ou negar suas diferenças, quanto expressá-las e torná-las visíveis diante do outro, o que faria com que ele estivesse sempre negociando suas identidades com o que o outro lhe apresentasse. Assim, ele conclui que os dois valores envolvidos na noção de identidade seriam “liberdade de escolha e segurança oferecida pelo pertencimento” (p. 84), o que pressupõe uma contínua tensão entre ambos. Contribuindo com este conflito, Santos (1994) afirma que a identidade se definiria por “resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação”, escondendo “negociações de sentidos” e “choques de temporalidade em constante processo de transformação” (p. 31).

Embora Hall (2000) não considere a constituição da identidade dentro de um processo conflituoso como faz Bauman (2005), ambos concordam acerca do fato de que este conceito sempre será algo a ser construído e fora de qualquer processo que vise o acabamento de uma imagem. Se eles recusam qualquer esboço de uma identidade fechada, Bakhtin (2003) reinscreve esta noção de acabamento na relação com o outro. O autor afirma que o sujeito, ao assumir um ponto de vista sobre o outro, perceberia aspectos que este outro não tem consciência. Estas características, inacessíveis ao próprio ser, somente podem ser apreendidas a partir do olhar do outro, de uma consciência que se coloca de fora.

Deste modo, embora Bakhtin (2003) não se posicione no aspecto quanto ao conceito de identidade, o resgate da alteridade ajuda a ampliar a compreensão sobre este processo.

De modo semelhante, a complexidade da constituição do conceito de identidade é apontada por Sawaia (2002a) a partir da dialética inclusão/ exclusão. A autora afirma que a noção de identidade tem o seu uso voltado para abarcar a multiplicidade de individualidades que se apresentam na contemporaneidade. A tentativa de incluir o outro se justifica pela negação em tê-lo como um mero representante de uma massa social homogênea, estratégia metodológica utilizada, por vezes, nas ciências humanas. Contempla-se, então, a alteridade na mesma medida em que se legitima a diversidade nas expressões do homem. Por intermédio desta tônica, verificamos a redefinição de indivíduos, territorialidades e grupos ocorrendo concomitantemente. Por outro lado, este quadro de desconstrução de uma noção tradicional de identidade acaba por gerar uma sensação de indeterminação, ansiedade e incerteza. Partindo deste ponto, este conceito também se reservaria à permanência de modos identitários que permitissem ao sujeito defender-se daquilo que lhe causa estranheza, o que é incomensurável.

Como meio de se resolver este paradoxo, Sawaia (2002b) aposta na presença e na manutenção da tensão entre duas diferentes concepções: “identidade transformação/ multiplicidade” e a “identidade permanência/ unicidade”. Sob esta ótica, a identidade traria em seu conceito a dinâmica de um sujeito que se transforma e, ao mesmo tempo, reafirma um modo de ser. A existência de uma identificação processual, segundo a autora, evitaria um enrijecimento em um destes pólos. Ela alerta que a fixação num único modo de ser poderia gerar uma condição de exclusão e discriminação diante do outro. De outro modo, a abertura incondicional a novos modos acarretaria um esvaziamento de qualquer sentido que lhe pudesse identificar, sem que houvesse um mínimo de continência capaz de lhe conferir uma unidade.

A autora entende que esta noção de identidade emerge a partir do contexto marcado pela dialética inclusão/ exclusão. A partir de um recorte sócio-histórico, Sawaia (2002c) entende que atualmente a ordem social desigual estaria fomentando uma dinâmica entre inclusão e exclusão, de modo que grupos e/ ou pessoas, passando a fazer parte de certos nichos seriam também, na verdade,

partícipes de um movimento de exclusão. Baseada na análise de pequenos povos marginalizados, minorias étnicas e raciais, a simples integração do sujeito a um destes grupos, por exemplo, teria como contrapartida a sua exclusão. Eles são levados a uma determinada categoria para que possa ser legitimada e autorizada a sua exclusão social. A autora, semelhante ao que fez com o termo identidade, prefere conservar a tensão entre ambas as expressões para se evitar que um ou outro conceito engesse os modos de ser que o sujeito porventura produza, o que acarretaria o surgimento do indivíduo única e exclusivamente excluído ou incluído.

Antes de seguirmos com o raciocínio, torna-se importante sublinhar o viés que se assume para este trabalho. A noção de identidade, primeiramente, precisa situar-se na contínua tensão entre o transitório e o perene, o lugar de onde se fala e a incerteza pela emergência de uma posição ainda indeterminada. Diferente de uma tensão nociva o que estaria em jogo seria a presença de um conflito que a todo o momento se abre à conquista e celebração de um modo de ser e à sua subsequente transformação. O pertencimento a um cenário social tem a sua contribuição na constituição da identidade, porém estaria longe de representar exclusivamente a totalidade e as suas sucessivas alterações.

A noção de identidade vista por esta ótica possibilita ao sujeito uma maior mobilidade nas relações sociais. Permite à sua existência um modo mais criativo e único de se situar dentro de um contexto específico (Guattari e Rolnik, 2005), associados a aspectos, tais como, responsabilidade e autonomia. Tal perspectiva aproxima a noção de identidade de um caráter mais político e transformador, vinculados, por muitos estudiosos, ao conceito de cidadania. Benevides (1991), por exemplo, afirma que a cidadania ativa, título atribuído por ela, somente pode ser vista como participação popular se ela, dentre alguns pontos, favorecesse a criação de espaços públicos novos e múltiplos, o pluralismo de opiniões e a ampliação das liberdades individuais e coletivas – com destaque para o acesso à informação e à justiça –, prerrogativa semelhante adotada por Canivez (1991). Já Martinez (1997) considera que a cidadania passa necessariamente pela socialização do saber, dentre eles o tecnológico, e pela postura crítica assumida pelo sujeito diante deste conhecimento, dos seus pressupostos técnicos e científicos.

Entretanto, faz-se necessário o cuidado em não se perder o indivíduo – ou cidadão – de vista em meio a uma atribuição do exercício da cidadania a uma massa social homogênea. Neste sentido, Pais (2005) faz uma crítica ao título de cidadão atribuído por vezes ao jovem enquanto uma “pessoa universalizada”, sem identidade, impessoal. Sua proposta busca abarcar, nos limites do conceito de cidadania, as diferenças, as idiossincrasias que esses “jovens” têm, o que faz esta noção ter que levar em consideração identidades individuais e grupais. Longe de um enquadramento identitário, o autor questiona:

“Em que medida os atributos universalistas geralmente associados à noção de cidadania dão guarida à reivindicação de subjetividades e identidades grupais? Será que o ideal de cidadania se cumpre apenas na defesa da igualdade ou, também, no reconhecimento da diferença?” (p. 110).

Complementando o raciocínio, Castro (2001) traz uma reflexão sobre algumas idéias que relacionam o conceito de juventude a partir da relação existente entre o jovem, a cidade e seus percursos. O modo como os jovens transitam pela cidade é influenciado por restrições e imposições ditadas pelos adultos. Entretanto, diferente de seguir rotas pré-estabelecidas, os jovens, segundo Castro (2001), precisam se lançar pelas cidades em busca “do novo, do não-familiar”, de uma imagem oposta àquela aprendida nos livros didáticos, tudo isso através de seus próprios “recursos subjetivos” (p. 115). Ou seja, a conquista do espaço urbano por eles deve ser realizada como parte de um conhecimento de quem eles são. Identificar na cidade o que faz parte deles, o que com eles se relacione e aponte para as suas vidas. Aquilo através do qual eles se reconhecem e se sentem pertencentes.

Para Castro (2001), a identificação do sujeito com a cidade e o subsequente afeto desenvolvido são condições prioritárias no exercício da cidadania. Portanto, muito mais do que o registro de um conjunto de valores e deveres, como insistem em lembrar com exclusividade alguns autores (Ferreira, 1988; Cardoso, 1996; Carvalho, 2001; Herkenhoff, 2002), a cidadania prescreve uma

“projeção afetiva do eu nos espaços, aos lugares onde a vida humana se constrói através do convívio com o outro. Parece que tornar-se cidadão – habitantes da cidade e senhor de direitos e obrigações engendrados no âmbito da convivência com os outros – está enredado nos processos de participação nos destinos que tornam viáveis os destinos de cada um” (Castro, 2001, p. 116).

Neste sentido, Pais (2005) aponta para a possibilidade de resignificar o que hoje entendemos por cidadania a partir de um movimento dialético, ou seja, reunindo e fazendo coexistir num mesmo corpo conceitual características tão distintas reveladas pelos múltiplos modos de ser jovem. Deste modo, o autor nos alerta sobre a necessidade de todo e qualquer projeto de políticas públicas ter como base o conhecimento sobre este sujeito. Saber de quem se está falando e, a partir disso, que benefícios de fato são pertinentes e interessam a ele.

Registramos, deste modo, a constituição de uma noção de cidadania atravessada por uma postura de responsabilidade num contexto onde o cidadão, particularmente o jovem, tem a oportunidade de circular pelas relações sociais, projetando-se, como afirma Castro (2001), e tecendo seus vínculos a partir do contato com o novo, o não-familiar ou com aquilo que lhe causa estranheza. Promovida, principalmente, por trajetos irregulares e empáticos tráfegados pelo cidadão nas aventuras pela cidade, o que faz com que Pais (2005) substitua o termo subjetividades por trajetividades, termo para o qual ele aproxima a noção de cidadania, afastando-a da idéia de identidade constituída a partir de um pertencimento a um lugar.

“Se o conceito tradicional de cidadania remete para a idéia de uma relação de pertença (a uma comunidade, a uma cultura, a uma nação), qual a capacidade heurística desse conceito numa sociedade onde as relações de pertença são múltiplas, fragmentadas, passageiras? Provavelmente, quando se diz que a cidadania está ligada ao solo e ao sangue, esquece-se trajeto, isto é, as redes sociais que ligam os indivíduos” (p. 125-126).

Entretanto, para este estudo, verificamos que a formulação de um conceito acerca de cidadania que demanda a presença da noção de pertencimento, não como um lugar no qual o cidadão esteja fixado – quase imóvel –, mas sim, uma posição que também lhe faça referência, que seja pertinente à sua existência e que lhe remeta histórias de vida particulares e coletivas. Deste modo, antes de finalizar este texto, algo que pode contribuir para este estudo, e tem sua relevância na composição de um dos capítulos desta dissertação, é a noção de narrativa. Segundo Benjamin (1994), narrar significa compartilhar com o outro experiências pautadas não numa informação ou dado – o que, geralmente, exige o status de novidade e de verdade, além de requerer uma compreensão única sobre si –, mas pela vivência. A narrativa é uma oportunidade de permitir ao ouvinte interpretar a história como quiser e de completá-la, dar um acabamento, como bem entender.

Como afirma o autor, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos outros” (p. 201).

Este termo, para Benjamin (1994), tem a sua apreciação a partir de algumas condições que, segundo o autor, já estão extintas desde o surgimento da sociedade capitalista moderna, tais como a existência da transmissão de uma experiência que seja comum entre narrador e ouvinte, na qual ambos façam parte de uma mesma comunidade de vida e de discurso. Ele considera que esta realidade deu lugar à emergência e ao desenvolvimento do capitalismo e da técnica, responsáveis pela distância que passou a existir entre os grupos humanos, principalmente entre as gerações. Por outro lado, o autor afirma que a presença da arte, particularmente o artesanato, também seria uma condição de existência para a narrativa, tendo em vista a atividade artesanal ser um trabalho lento, orgânico e que possibilite uma visão totalitária sobre todo o seu processo de elaboração. Uma execução cujos movimentos refinados prestam seu respeito e dedicação à matéria-prima utilizada, embora Benjamin (1994) também afirme que ela tenha saído de cena em favor da velocidade e da fragmentação assumidas pela produção industrial, já no momento pré-capitalista da organização do trabalho.

Particularmente, refletir sobre a lentidão e a destreza na ação artística remete a uma noção de arte semelhante àquela experimentada no teatro, durante a montagem de uma peça, em que a prática de um laboratório abre espaço para a experimentação e a investigação científica, por exaustivas vezes, do fazer teatral, sem que, necessariamente, esta prática seja consumada na finalização e apresentação de um espetáculo (Grotowski, 1971; Carreira & Olivetto, 2007). A constituição de um personagem, a insistência por encontrar um timbre mais adequado à fala, a consolidação de uma cena e a (re)elaboração de outra, podem proporcionar a um trabalho cênico um refinamento da ação humana e de um cuidado maior com “pequenos detalhes humanos”, tão despercebidos no cotidiano, porém preciosos para a realização da arte.

Para os fins deste trabalho, compreendemos que a utilização do conceito de performance para se pensar na arte enquanto prática narrativa poderia ser um caminho favorável. Um aspecto importante da performance, dentre outros, destaca a relevância que é atribuída ao fato da matéria-prima utilizada nos atos performáticos serem provenientes das ações mais ordinárias e autênticas do

homem. O sensacionalismo e o ato forjado não encontram abrigo nesta noção. Além disso, as relações de alteridade são imprescindíveis, pois a performance, diferente de uma ação artística originada apenas pela intenção e consciência do ator, se constitui a partir do encontro deste com o público, na autenticidade que somente este encontro pode revelar. Partindo-se deste ponto, o fato da presença do outro ser fundamental a sua realização, compreendemos que, dentre as funções a que a performance pode se propor, se encontra a possibilidade de servir como meio de mobilização de uma comunidade em torno de um determinado problema ou tema (Schechner, 2003; Cohen, 2004). Desta forma, verificamos certa semelhança com as atividades ocorridas na Trupe de Teatro e os sentidos atribuídos a elas, o que torna pertinente a sua vinculação ao conceito de performance voltada a constituição de cidadania a partir das ações dos jovens¹.

Assim, a narrativa, favorecida pelo teatro, possibilitaria ao conceito de cidadania se constituir, não apenas a partir dos movimentos humanos frenéticos e fragmentados tão marcantes na modernidade – ou pós-modernidade –, mas também nos mesmos vínculos e afetos que farão com que o cidadão se permita pertencer a um lugar e desenvolver relações sociais que concorreram para o surgimento de novos modos de ser.

¹ Vale ressaltar que alguns autores têm se empenhado em estudos sobre as experiências de crianças e jovens a partir da arte performática em políticas públicas ou projetos sociais. Os recortes de pesquisas têm sido os mais variados possíveis, nas áreas de ciências humanas e sociais, desde as análises de implicações sócio-culturais até políticas, passando pelo alcance e notoriedade destas investidas. As atenções enfocam o jovem e os desdobramentos da sua relação com a arte, a partir de seus diálogos com novos territórios, com o “outro” e com suas (re)atualizações identitárias (Levinson, 2005; Hikiji, 2005; Perez, 2005).